

Quem tem medo de discutir a nova carreira?

Qual a justificativa acadêmica para a mudança na carreira docente pretendida pelo Conselho Universitário (Co)? Qual o seu impacto na vida cotidiana dos docentes? Quais problemas relativos à carreira docente se pretende ou se pode resolver com essa reforma? Essas são questões que aparentemente não preocupam os proponentes e apoiadores da nova carreira, mas que a Adusp não irá relegar a segundo plano.

Em debate sobre a reforma da carreira docente promovido pela Adusp em fevereiro de 2009, João Grandino Rodas, representando a Comissão Especial de Reforma do Estatuto da USP, justificou a proposta de reforma afirmando que atualmente a carreira não oferece muitos atrativos aos melhores docentes e que os salários estão “significativamente abaixo do mercado”. “A universidade pública vive de bons professores. Essa é possibilidade de se dar uma melhora razoável. Não podemos deixar que a carreira vá se esvaindo”. Rodas comparou ainda a situação dos professores à dos funcionários, que têm progressão horizontal e vertical, diferentemente dos docentes. Seria preciso garantir isonomia com os funcionários. O professor também justificou a mistura de carreira e estrutura de poder com a necessidade de pragmatismo: “Por que não damos já o arejamento necessário para a estrutura de poder? Nas projeções que fizemos, vamos perceber que vai mudar de forma substancial a participação em chefia”, explicou.

O último e recente gesto de

Rodas no tocante à carreira, que foi anunciar ao Co que a reforma será levada adiante, revela que o reitor mantém suas considerações anteriores. Mas seu modo de ver o problema, além de não responder às questões acima apresentadas, mistura, de forma inadequada, salário, estrutura de poder e carreira acadêmica.

A questão salarial, que afeta todos os docentes, especialmente aqueles em início de carreira, deve ser enfrentada com aumentos de salário e não com alterações na carreira. Quanto à estrutura de poder, mudanças são necessárias e urgentes, mas devem ser implementadas por meio de uma reforma estatutária global e não de alterações em questões acadêmicas. E, finalmente, a carreira docente deveria ter uma estrutura simples e aberta, com ingresso franqueado aos mestres, e ascensão determinada por critérios acadêmicos claros e amplamente debatidos.

Competição

A carreira que se pretende implementar não apresenta nenhuma dessas características, ao contrário: é complicada, se inicia em doutor, permanece fechada e foi aprovada (?), apressadamente, pelo

Co em março de 2009, com o número mínimo de votos necessário para uma reforma estatutária, em votação tumultuada, marcada por irregularidades, sem definição de critérios de progressão. A carreira pretendida incentiva a competição e o produtivismo em detrimento da reflexão crítica e da real produção do saber.

Ignorando as críticas a essa reforma na carreira, ignorando o fato de a matéria estar *sub judice* e ignorando, inclusive, seu plano de gestão, no qual se comprometia a reabrir, “por um prazo de seis meses”, a discussão sobre a carreira (vide quadro), Rodas anunciou na última sessão do Co a composição de uma comissão encarregada de, no prazo de 45 dias, formular uma proposta de critérios para progressão na carreira. Entenderia o reitor que silenciar sobre o tema durante nove meses equivale a reabrir a discussão por seis meses?

Que legitimidade tem uma mudança estatutária aprovada desta forma? No mínimo, deveria ser instalado na universidade um processo de discussão sobre que modificações no estatuto são necessárias, em particular na carreira acadêmica, para avançarmos no sentido da construção de uma universi-

Programa de Rodas falava em “diálogo” e prometia discutir carreira “em seis meses”

“I. Princípios Norteadores Principais

Diálogo amplo, permanente, sistemático, transparente, democrático e responsável. O último adjetivo implica na fixação prévia e clara do objeto a ser discutido; dos interlocutores e do prazo aproximado de duração.

(...)

II. Programas/Metas da Reitoria

(...)

B) Temas já estabelecidos; ações a serem definidas por meio de amplo diálogo, seguindo-se de imediata implementação.

(...)

Carreira Docente – tema a ser discutido no prazo de seis meses.

A progressão horizontal dos doutores e dos associados foi inserida na carreira docente, por meio de mudança estatutária, ainda não implementada. Essa modificação não impede que a carreira como um todo continue sendo discutida e modificada, mas profundamente.”

dade onde se faça, de forma integrada, a capacitação ao trabalho e a reflexão crítica sobre a sociedade na qual está inserida, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Nada a ver com o processo que estamos vivenciando hoje.

Ao invés do tão propalado diálogo, o que temos sentido

na pele é a falta absoluta de disposição, por parte do reitor, para tratar das diferenças, a ponto de admitir que a jornalista Mônica Weinberg, da revista Veja, se refira a dirigentes da Adusp como os “suspeitos de sempre”. Suspeitamos, sim, de que os pontos de programa do atual reitor não passarão de meros pontos de programa. Com a palavra, o senhor reitor.

Assembleia de 26/10 mantém posição contrária à reforma da carreira

A Assembleia da Adusp realizada em 26/10 aprovou as seguintes resoluções:

Carreira: “A Adusp reitera sua posição contrária à introdução de níveis hori-

zontais na carreira docente; manifesta sua preocupação com a implementação de uma carreira que foi aprovada em votação irregular; decide enviar carta aos mem-

bros do Co com exemplar do caderno Adusp *Carreira em Debate*.

Valorização dos níveis iniciais da carreira: “A Assembleia decide delegar à direto-

ria o encaminhamento de nossa reivindicação às demais associações docentes, visando a uma negociação, ainda este ano, com os três reitores”.

No Sarau, pesquisadora impressiona ao relatar casos de assédio moral

O relato consistente e fundamentado de diversos episódios de assédio moral ocorridos recentemente no Brasil, tendo como vítimas trabalhadores dos mais diferentes setores (e até mesmo um alto executivo da indústria farmacêutica), causou forte impressão no debate realizado em 22/10, durante o Sarau da Adusp.

A médica e professora Margarida Barreto, que vem pesquisando o tema, explicou que nas últimas décadas, com o advento das mudanças provocadas pela reestruturação mundial do capitalismo, novas doenças ocupacionais, relacionadas ao psiquismo dos trabalhadores, ganharam espaço, entre elas a Síndrome de Bur-

nout. O assédio moral tornou-se um fenômeno corrente, tendo como contrapartida o adoecimento mental e os suicídios de trabalhadores.

Um dos relatos mais chocantes feitos por Margarida diz respeito a um trabalhador industrial qualificado que, encarregado de múltiplas tarefas, terminou por sofrer um grave acidente (queimadura) que desfigurou parcialmente seu rosto. Depois de um demorado esforço pessoal, apoiado pela esposa e pelos colegas de trabalho, conseguiu recuperar-se física e mentalmente, e retornou à mesma função, por decisão própria. Um ano após, uma vez findo o período legal de estabilidade, ele foi demitido



Professora Margarida

pela empresa. Não suportando a demissão, suicidou-se.

Margarida frisou que a mesma lógica está instalada na universidade que, ao tratar o conhecimento como merce-



Fotos: Daniel Garcia

Sarau debateu temas abordados na Revista Adusp 48

doria, incentiva a competição e a “eficiência” através do produtivismo.

A edição 48 da *Revista Adusp* foi lançada no Sarau, que também contou com

uma bonita apresentação musical de Beatriz Raposo, docente da FFLCH. Cantora lírica, Bia interpretou composições de Villa-Lobos e Tom Jobim.

Instalada, às pressas, a primeira graduação à distância da USP

Após processo sujeito a várias idas e vindas, foi aprovado, em início de 2009, o primeiro curso de graduação “semi-presencial” da USP: justamente uma licenciatura, no caso, em Ciências. Esta designação é um eufemismo, atualmente em voga, para Ensino à Distância (EàD). Designa, aqui, aulas e atividades aos sábados e provas presenciais. Após um concurso vestibular, com provas de múltipla escolha e inscrições realizadas em começos de outubro, este curso começou a funcionar, com pressa repentina, a partir do dia 16/10.

Uma consulta ao site (www.licenciaturaciencias.usp.br), por ocasião da inscrição, mostrava que lá não estavam disponíveis nem estru-

tura do curso, nem grade curricular, muito menos ementas das diversas disciplinas propostas... Finalmente, no dia 16/10 foi divulgado na página o Manual do Aluno, também pouco informativo sobre detalhes daquilo que deveria ser o cerne da graduação pela qual os estudantes haviam optado.

Educadores são praticamente unânimes em afirmar que é impossível formar um professor sem um intenso convívio social em um ambiente acadêmico apropriado, o que não exclui que se possa oferecer por EàD uma complementação à sua formação inicial. Contudo, são exatamente as licenciaturas os cursos mais oferecidos, na modali-

dade, em todo Brasil.

Várias perguntas surgem, quase naturalmente. Será que a prevalência no EàD das licenciaturas se dá por ser a profissão docente uma das mais desvalorizadas socialmente, na presente conjuntura? Será que a falta de detalhamento da proposta no meio, inicialmente propalado como sendo um dos principais (a Internet), tem a ver com possível falta de amadurecimento do curso?

Vários centros acadêmicos da USP fizeram, recentemente, um plebiscito em que a comunidade se colocou frontalmente contra o EàD, nos moldes de cursos de graduação. Não seria o caso de promover um amplo debate a respeito?

Fórum discute uso excessivo de remédios no sistema educacional

No período de 11 a 13/11/2010 acontecerá em São Paulo o I Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: dislexia, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e outros supostos transtornos”, no qual será lançado o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. A mola propulsora desse movimento foi a constatação dos vários projetos de lei em tramitação, nos âmbitos municipal, estadual e federal, que visam ao diagnóstico e tratamento de alunos no sistema educacional, bem como o crescente índice de venda de medicamentos à base de metilfenidato, substância utilizada no tratamento de TDAH que saltou de 71.000 caixas em 2000 para 1.400.000 caixas em 2008 (IDUM, 2009).

A preocupação com a medicalização da sociedade foi apontada por Ivan Illich na década de 1970, ao criticar a

apropriação do progresso científico em prol do interesse da indústria. De lá para cá a fabricação de doenças é um fenômeno crescente e urge a tomada de consciência e discussão sobre o assunto. O objetivo do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade é mobilizar a sociedade no sentido da atenção quanto ao avanço da medicalização, criando condições de superação deste fenômeno.

O Fórum tem caráter político e de atuação permanente; pretende-se que sua composição seja diversificada e representativa das áreas da saúde, da educação, da assistência social, jurídica, de políticas públicas, da sociedade civil organizada e de pessoas que tenham afinidade com os objetivos propostos. Detalhes em www.cripsp.org.br.

A professora Marie Claire Sekkel (IP) representa a Adusp neste Fórum.

Ato em defesa do Andes-SN reúne 1.500 pessoas

Ministro Lupi, do Trabalho, compromete-se a solucionar conflito de representação em SC

Cerca de 1.500 pessoas participaram do ato público em defesa da autonomia sindical, realizado em Brasília no dia 21/10, no qual o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, se comprometeu publicamente a reverter o ato administrativo que dificulta a atuação do Andes-Sindicato Nacional em Santa Catarina.

Ele agendou uma reunião com representantes do Andes-SN para 3/11, com o objetivo de solucionar o impasse criado em maio deste ano, quando uma nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atribuiu ao recém criado Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufse-Sindical) a prerrogativa de representação dos docentes das instituições públicas de ensino superior daquele estado.

Desde então, o Andes-SN vinha tentando, sem sucesso, reunir-se com o ministro para resolver o problema. Por isso, decidiu promover o ato que, além de denunciar a interferência estatal na organização dos sindicatos, protestou contra a criminalização dos movimentos sociais. “O Andes-SN defende a autonomia dos trabalhadores para se organizarem como preferirem. Portanto, o que contestamos aqui é o fato de a nota técnica do MTE impedir a atuação do Andes-SN em determinada região”, explicou Marina Barbosa, presidente da entidade.

Docentes de universidades federais, estaduais e particulares participaram do ato para defender o direito de serem representados pelo Andes-SN. Entre eles, um número expressivo de professores de Santa Catarina. O ato contou, ainda, com a participação de representantes de dezenas de entidades dos movimentos so-

ciais, movimento sindical e movimento estudantil, de diversos Estados.

5º Intersetorial

“O grande desafio que temos hoje é nos aproximarmos da nossa categoria, é saber dialogar com os novos docentes que chegam às universidades, e conseguir mobilizá-los para a defesa da educação pública e de melhores condições de trabalho para os docentes. Temos que enfrentar, por exemplo, o fato de que a educação já é tratada como mercadoria na nossa sociedade, e não como um direito”, afirmou a presidente Marina Barbosa Pinto para os cerca de 150 docentes de 53 seções sindicais que participaram da abertura do 5º Encontro Intersetorial da entidade, realizado em Brasília (DF), de 21 a 23/10.

Marina atacou a política do governo que, apoiado em entidades pelegas, têm tentado des-



Najla Passos/Andes-SN

Professor Chico Miraglia no ato de 21/10

truir o Sindicato Nacional, como forma de diminuir a resistência ao processo de mercantilização da educação. “O quadro atual do registro sindical do Andes-SN reflete uma política deliberada de submeter à capacidade de organização e luta dos docentes de ensino superior do Brasil”, sintetizou.

“Apesar de tanto o Superior Tribunal de Justiça quanto o Supremo Tribunal Federal já terem reconhecido a legitimidade do Andes-SN, em decisões transitadas em julgado, os ata-

ques do governo ainda são muitos”, ressaltou. O Andes-SN obteve seu registro definitivo em 26/8/2003, conforme decisão do MTE. Mas, apenas cinco meses depois, o ministério suspendeu a concessão definitiva do registro sindical, alegando a existência de pedidos de impugnação por parte de entidades sindicais do setor privado.

“Velocidade”

Desde então, o Andes-SN busca reverter esse ato do governo. Na frente judicial, interpôs recurso no Tribunal Superior do Trabalho. Na frente política, solicitou ao MTE, em 2008, uma solução provisória: a concessão do registro sindical para representar os docentes das instituições públicas de ensino superior, enquanto não houvesse definição relati-

va à representação dos professores das instituições privadas. Em novembro de 2008, o ministro Lupi proferiu despacho restabelecendo o registro sindical do Andes-SN no que concerne à representatividade dos docentes das instituições públicas de ensino superior.

Porém, em junho de 2009 o MTE publicou o pedido de registro sindical do Proifes Sindicato. O Andes-SN prontamente contestou. Na sequência, o MTE publicou, em março e abril de 2010, os pedidos de registro de três sindicatos locais de docentes do ensino superior: Apufse-Sindical (SC), Adufrgs (RS) e Apubh (MG). O Andes-SN também os contestou.

“Contudo, em uma velocidade raramente vista e contrariando a legislação em vigor, o MTE fez publicar, em maio de 2010, a concessão de registro sindical à Apufse”, declarou Marina. Novamente, o Andes-SN contestou, de forma jurídica e administrativa, a decisão governamental. O ato público realizado em dia 21/10 aumentou a pressão sobre o MTE.

CARTA

Curso de música da ECA-RP teve 4,9 candidatos por vaga em 2010 (e não 1,37 como disse a *Folha de S.Paulo*)

A professora Silvia Berg, supervisora do Curso de Música da ECA-USP no campus de Ribeirão Preto, enviou correspondência ao jornal *Folha de S. Paulo* e ao *Informativo Adusp*, a propósito do noticiário sobre eventual fechamento de cursos na USP, após a sessão do Co de 14/9, que aprovou diretrizes para a criação de cursos de graduação (vide *Informativo Adusp* 313, p. 4).

“O curso de Música de Ribeirão Preto teve na verdade

137 inscrições em 2009 para um total de 30 vagas, resultando num índice de 4,57 candidatos/vaga”, e em 2010 “147 inscrições para 30 vagas com índice de 4,9 candidatos/vaga”, esclarece a professora Sílvia.

Matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* em 21/9 afirma que o curso teria tido 1,37 candidatos/vaga no último vestibular. “Essa informação é equivocada”, contesta a supervisora.

“Distorção”

Os candidatos “submeteram-se inicialmente à Prova Específica de Música, na qual 41 foram aprovados para as provas seguintes da Fuvest”. Segundo a professora, contudo, o ideal seria a passagem da prova específica para a segunda etapa do vestibular: “Essa medida simples faria desaparecer a distorção estatística questionada acima”.

A professora acredita que a charge publicada na capa do

Informativo Adusp 314, cujo texto afirma ironicamente “Música!? A procura é fraca... extingue!”, reforça o equívoco difundido pela *Folha*.

O *Informativo Adusp*, porém, procurou chamar atenção para o absurdo de um critério baseado no índice candidatos/vaga e que desconsidera a importância sócio-cultural dos cursos. “Procura baixa” não pode ser o critério que decide o fechamento de um curso.

Reunião esclarece beneficiários sobre ação do Gatilho

A Adusp realizou em 27/10 uma reunião de esclarecimentos sobre o andamento da ação do Gatilho. Presentes os advogados José Roberto Manesco, Fernando Leister de Almeida Barros e Ana Luiza Simoni Paganini, que representam a Adusp nessa ação, e membros da equipe da entidade que acompanham o caso (GT Gatilho), foram feitos diversos informes e respondidas todas as questões formuladas pelos docentes beneficiários.

Entre elas, destaca-se sempre a pergunta sobre se há perspectiva de que o pagamento, ao menos da parte incontroversa, seja efetuado em breve. Diversos colegas lembraram que, devido ao tempo decorrido, vários beneficiários já morreram sem ver a injustiça reparada. No momento, a USP tem prazo de 45 dias, contados a partir de 6/10, para apresentar em juízo os salários recebidos em 1987

por todos os beneficiários. A partir daí, a Adusp fará as contas de quanto é devido a cada um.

É importante frisar que temos buscado, reiteradamente, um contato com a administração da universidade visando à correção dos erros apontados pela Adusp e por beneficiários que consultaram o Sistema Marte. Esse contato, antes da entrega em juízo dos dados referentes aos pagamentos efetuados pela USP, possibilitaria ganhar um tempo precioso, ao fazer previamente tais acertos. Mas será que a Reitoria está efetivamente interessada nisso?

Todas as nossas solicitações são enviadas por ofício ou e-mail com cópias ao Gabinete do Reitor, Consultoria Jurídica, Departamento de Recursos Humanos (DRH) e Coordenadoria de Administração Geral (Codage). Também fizemos vários telefonemas e não obtivemos resposta. Nosso último contato ofi-

cial foi em abril, numa reunião com a presença do reitor e de seus assessores. Como alguns colegas comentaram, esse modo de agir indica que a Reitoria continua protelando a execução da sentença.

Valores

Outro ponto levantado pelos presentes à reunião refere-se aos valores a receber. Os cálculos serão feitos por contadores contratados pela Adusp e a menos de alguns pequenos acertos, dependentes de informações da USP, já estão preparados. Isto significa que o método de cálculo para estabelecer o montante está pronto para ser alimentado pelas informações salariais da USP.

Num exercício com um salário de mestre com dois quinquênios, o montante relativo a 1987 é da ordem de 27 mil reais brutos, sendo que desse valor devem ser feitas deduções, tais como imposto de renda, previdência,

honorários advocatícios, entre outras.

A quantia a ser recebida por cada um depende da sua situação funcional, mas estimamos que a universidade gastaria ao redor de 120 milhões de reais com essa parte da sentença.

Incorporação

Todos podem calcular o efeito da incorporação dos 32,96% a partir de seu próprio holerite. Bem mais complexo é calcular o retroativo desde janeiro de 1988, pois ele depende dos salários recebidos pelo beneficiário ao longo de todo esse período, que, por sua vez dependem da eventual evolução na carreira e dos momentos de aquisição de quinquênios e sexta-parte. De janeiro de 1988 a outubro de 2010, incluindo o décimo terceiro, são 296 salários que deveriam ser corrigidos em 32,96%.

O impacto global sobre o orçamento da universidade

depende também do número de beneficiários que estiveram como docentes ativos ou aposentados, na folha de pagamento da universidade, ao longo desses quase 23 anos. Todas essas são informações que somente a universidade dispõe.

Pagamento

Independentemente do valor da ação, será emitido um precatório. Como a USP não tem precatórios a pagar e tem, conforme informações contábeis repassadas ao Fórum das Seis, uma sólida situação econômico-financeira, a parte incontroversa de sua dívida com os beneficiários da ação pode ser paga sem dificuldades.

Com relação aos atrasados decorrentes da incorporação dos 32,96%, dependendo do montante a ser aferido, alternativas para o pagamento poderão ser estudadas.

Reitor, cumpra sua palavra!



Debate na Esalq. Exposição do professor Gustavo Assed Ferreira, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (USP), abriu o debate "Previdência e Carreira Docente na Esalq", realizado em 19/10 pela Regional Piracicaba da Adusp.

Atenção, associado à Adusp! Recadastre-se!

Queremos atualizar o nosso cadastro de filiados.

Solicitamos, portanto, que você envie mensagem para o endereço adusp@adusp.org.br, com as seguintes informações: nome completo, endereço para correspondência, telefones para contato e e-mail.

Obrigado!

Greve na França refluí, mas centrais sindicais devem manter protestos contra mudança na aposentadoria

As centrais sindicais francesas pretendem insistir nas greves e protestos contra a lei, proposta pelo presidente Sarkozy e aprovada por maioria no Congresso, que aumentou de 60 anos para 62 anos a idade mínima para

aposentadoria. A aprovação da lei, em 28/10, e o início do período de férias escolares reduziram a intensidade dos protestos, mas as lideranças sindicais anunciaram que continuarão a lutar contra a medida. Durante semanas, as

paralisações levaram milhões de trabalhadores às ruas em várias cidades, paralisando transportes, refinarias e diversos setores da economia. Uma nova jornada de paralisação está prevista para 6/11.